

# Entrevista com Raquel Raichelis Degenszajn – Crise do capital, pandemia e o trabalho no Serviço Social\*

*Interview with Raquel Raichelis Degenszajn – Capital crisis, pandemic and work in Social Work*

Ana Paula Procópio da Silva\*\* 

Elziane Olina Dourado\*\*\* 

Nesta entrevista, a Profa. Dra. Raquel Raichelis, como é conhecida, nos brinda com reflexões e contribuições fortemente ancoradas no presente, com o enraizamento nas profundas expressões das contradições de classe que se colocam nesta quadra de (re)atualização da precarização da força de trabalho. E o faz remetendo às condições e relações de trabalho de assistentes sociais. Avança, também, na abordagem destas contradições articulando as demais dimensões que atravessam a classe trabalhadora, trazendo as questões de raça, etnia, gênero e geração, entre outras, para evidenciar a nova morfologia que atravessa esta categoria profissional como constituinte da classe trabalhadora.

Suas contribuições são significativas também ao trazer os elementos do mundo do trabalho neste contexto de crise do capital, articulando-os à discussão do contexto pandêmico e dos processos econômico-políticos que se particularizam na realidade brasileira. Nos instiga sobremaneira, ainda, ao relacionar as inflexões das tecnologias de comunicação e informação (TICs), incluindo a inteligência artificial (IA), em suas relações com o trabalho profissional, indicando questões pertinentes à compreensão de seus significados.

**Em Pauta** – Raquel, queremos muito te agradecer porque sabemos que o final de semestre é sempre de muitas atribuições e,

---

\*Doutora em Serviço Social (PUC-SP); Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona; Professora do PPG em Serviço Social da PUC-SP; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão; Bolsista produtividade em pesquisa 1D do CNPq. ORCID 0000-0003-3275-3755; e-mail: raichelis@uol.com.br

## ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78953>

\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: anapaulaprocopio@yahoo.com.br.

\*\*\*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: zizadourado@gmail.com.

Como citar: DEGENSZAJN, R. Crise do capital, pandemia e o trabalho no Serviço Social [entrevista]. SILVA, A. P. P. da; DOURADO, E. O. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 220-237, set/dez., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78953>

Recebido em 20 de julho de 2023.

Aprovado para publicação em 06 de agosto de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

especialmente por seu trabalho na coordenação da Pós-Graduação da PUC/SP. Sabemos, também que esta sua inserção tem contribuído com transformações no programa de pós-graduação, inclusive com a oferta da disciplina de “Relações Étnico-Raciais”. Inicialmente, gostaríamos que comentasse sobre seus processos de reflexão e que fundamentam as formulações que você traz em seu livro “*A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*” (Cortez, 2018) e na sua publicação mais recente “*Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia*” (Educ, 2022).

**Raquel Raichelis** – Bem, eu começo agradecendo muito esse convite, principalmente partindo da *Revista Em Pauta*, que tem uma contribuição tão relevante na produção científica do Serviço Social, e que está comemorando os seus 30 anos de existência em alto estilo, com a avaliação Qualis A1 da Capes, o que, para a área de Serviço Social, é muito importante. E, mais ainda, quando esse convite parte de vocês, Ana Paula, Ziza e a professora Marilda, que são companheiras, algumas mais recentes, outras mais antigas – como a Marilda, parceira de longa data e inspiradora das minhas reflexões.

Então, eu começo, fazendo referência, ainda que sucintamente, à tese que vem orientando meus estudos e pesquisas, inspirada pela reflexão crítica marxiana e marxista sobre a centralidade do trabalho na constituição do ser social e a plena vigência da lei do valor para iluminar o desvendamento das profundas transformações e devastações que sofre o trabalho e o seu sujeito vivo – a classe trabalhadora. De fato, trata-se de uma hipótese analítica, inspirada pelas reflexões de Ricardo Antunes, sociólogo do trabalho com uma vasta obra sobre as metamorfoses do trabalho em tempos de barbárie neoliberal, em sua fase ainda mais destrutiva dos direitos do trabalho em escala global. Portanto, partimos da hipótese de que há no Serviço Social uma nova morfologia do trabalho que não se autonomiza das determinações estruturais e conjunturais que configuram o trabalho abstrato na quadra atual do capitalismo dominado pelas finanças, e que desencadeiam novas formas de flexibilização, intensificação e precarização do trabalho.

De fato, as (re)configurações do trabalho no Serviço Social têm relação direta com as transformações do trabalho no capitalismo monopolista em crise estrutural permanente e com suas estratégias de recomposição das taxas de lucro, orientadas pela programática neoliberal hegemonizada pelo rentismo desenfreado, que reduz trabalho vivo e amplia trabalho morto, o que está na base da crise contemporânea. O capital, em sua busca sem limites por maiores lucros e acumulação, aprofunda suas próprias contradições, quando busca se livrar de sua essência que é o trabalho assalariado. E esse processo é potencializado pela intensa incorporação das tecnologias da informação e comunicação (TICs), que aprofundam a contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas do trabalho.

O nosso esforço analítico tem sido o de refletir e pesquisar a nova morfologia do trabalho no campo do trabalho em serviços, especialmente dos serviços sociais públicos implementados pelas políticas sociais, espaço por excelência do trabalho profissional de

assistentes sociais. Nesse âmbito os desafios são ainda mais profundos, pois um dos traços mais importantes do capitalismo contemporâneo relaciona-se à privatização do “setor” de serviços, que se torna cada vez mais mercadorizado e subsumido à lógica do capital, passando a integrar as cadeias de produção e geração de valor, inclusive os serviços sociais públicos, o que repercute diretamente no trabalho profissional. Acompanhando essa mercantilização é que constatamos as profundas mudanças nas formas de ingresso, contratação e remuneração de trabalhadores do Estado, nas três esferas, típicas das relações empresariais e dos traços da nova morfologia do trabalho no capitalismo neoliberal. De forma crescente, os concursos públicos vêm sendo substituídos por processos licitatórios, comissionamentos e até por pregão eletrônico na contratação de profissionais, como foi constatado na pesquisa do cadastramento realizada pelo CFESS. Também tem sido comum a presença de diferentes vínculos contratuais e formas de remuneração da força de trabalho de assistentes sociais e demais profissionais (por projeto, tarefa, produto), bem como a multiplicação das “pejotizações”, a presença crescente de microempreendedores/as individuais (MEI), de (falsas) cooperativas de trabalhadores, que passam a realizar as atividades que eram desenvolvidas por trabalhadoras(es) assalariadas(os) do Estado, desencadeando uma verdadeira implosão do estatuto e da imagem do(a) servidor(a) público(a). É a partir dessas teses que temos desenvolvido nossas reflexões e debates coletivos no Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (NETRAB), cadastrado no diretório do CNPQ, e que venho coordenando há quase duas décadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo.

Na nossa pesquisa coletiva, o esforço analítico é o de considerar o trabalho não apenas em sua dimensão ontológica, como produção de valores de uso voltados à satisfação de necessidades humanas, comum a todas as formas sociais, mas especialmente referido a uma forma social histórica particular de metabolismo do homem com a natureza, em que a produção de mercadorias não é “*a coisa que se ama por ela mesma*”, como escreveu Marx, mas é o substrato material, o suporte do valor de troca, no processo de valorização, que é o móvel da produção no sistema capitalista. Daí ser impossível, como analisou Iamamoto no livro “*Serviço Social em tempo de capital fetiche*”, dissociar a dupla dimensão – concreta e abstrata – do trabalho no Serviço Social, para não cairmos numa análise abstrata do trabalho profissional.

E, para apreender criticamente o significado social do Serviço Social como expressão coletiva do trabalho social, é necessário não dissociar a análise da relação – tensa e contraditória – entre trabalho e profissão, pois o que temos observado, e eu penso que não superamos isso ainda, é que permanece a desarticulação entre essas duas dimensões – profissão e trabalho – na produção intelectual e no debate profissional do Serviço Social. O que, de certa forma, reproduz o que ocorre, na Sociologia, entre a sociologia do trabalho e a sociologia das profissões, quando segmenta esses dois campos de pesquisa. No Serviço Social, observamos isso quando as análises recaem no trabalho concreto de assistentes sociais

dissociado das questões que constroem o trabalho abstrato e que aproximam assistentes sociais do conjunto da classe trabalhadora, mais além de sua utilidade social e das formas concretas que assume em distintos espaços ocupacionais.

E, ainda, outro desafio a ser enfrentado é o de trazer para o campo de problematizações a análise do Serviço Social como área de conhecimento – compondo o tripé profissão, trabalho e área de conhecimento –, para desvendar a natureza e o significado social do Serviço Social. Trata-se de apreender a atividade profissional não autonomizada do que a(o) assistente social realiza e das relações sociais concretas nas quais se insere, na etapa atual de decadência e crise do trabalho abstrato. E o outro eixo do tripé é o Serviço Social como área que produz conhecimento. Ou seja, a despeito do que historicamente foi demandado a essa profissão no enfrentamento das manifestações da questão social – produzir respostas às demandas sociais urgentes dos segmentos mais pauperizados e subalternizados da classe trabalhadora –, o movimento coletivo da categoria profissional produziu uma resposta insurgente, como a professora Ana Elizabete Mota tem analisado, fazendo um giro, um deslocamento do Serviço Social voltado para a intervenção imediata, quando criou a pós-graduação em nível nacional e constituiu uma intelectualidade profissional reconhecida pela pesquisa de ponta dos objetos sobre os quais recai seu trabalho e confere sustentação teórica e legitimidade social ao projeto ético-político profissional.

Então, eu coloco isso de início, porque acredito que esta perspectiva tem sido muito importante para orientar nossas discussões, pesquisas e reflexões sobre o trabalho profissional e que remete ao que temos chamado de *nova morfologia do trabalho*. É importante também para radicalizar, no sentido de ir à raiz, em toda a complexidade, esse reconhecimento de assistentes sociais como integrantes da classe trabalhadora e, portanto, sofrendo os mesmos constrangimentos que hoje recaem sobre os sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho. Eu acredito que avançamos nesse autorreconhecimento, exatamente a partir das expressões da nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo, especialmente quando o capital e seus representantes no Estado comprimem ainda mais as relações de trabalho e os direitos dos(as) trabalhadores(as). Ou seja, se até há pouco tempo os(as) assistentes sociais tinham dificuldade de se reconhecerem como membros da classe trabalhadora, a precarização que sofrem no seu processo de trabalho, a intensificação das relações de trabalho, as opressões, os adoecimentos, os sofrimentos, os assédios morais e sexuais escancaram para nós, assistentes sociais, o que acontece com a classe trabalhadora de maneira geral e leva a que nos associemos às lutas coletivas dessa classe.

**Em Pauta** – Quais seriam os desdobramentos do contexto pandêmico e pós-pandêmico da Covid-19 para o trabalho de assistentes sociais?

Eu penso que é importante afirmar que essa (nova) morfologia do trabalho não foi criada pela/na pandemia, nem foi ela que desencadeou nenhuma crise absolutamente inédita na sociedade capitalista, mundial e brasileira. Então, é importante demarcar que as

crises são próprias do capitalismo, pois sabemos que não existe capitalismo sem crise. E é nas crises exatamente que o capital se reestrutura e redefine estratégias que vão devastar ainda mais o trabalho e ampliar os mecanismos de exploração e opressão, e que garantem a própria continuidade e reprodução do capitalismo.

Eu destaco isso em função de uma narrativa do senso comum de que todos os problemas que vivemos nesses últimos anos eram decorrentes da pandemia. Então, a gente tem que pontuar isso. Ademais, antes da pandemia, nós vivíamos um processo de desemprego, informalização e precarização do trabalho, de expropriação de direitos que foram se intensificando, evidentemente no Brasil pós-golpe, que depôs a presidente Dilma Rousseff, mas que se faziam presentes desde os desdobramentos da crise dos anos de 1970, no contexto de reestruturação produtiva e mais adiante com os efeitos da crise global de 2007/2008. Depois ocorre a eleição de Bolsonaro – enfim, todo um contexto de avanço do conservadorismo, de obscurantismo, de desfinanciamento das políticas públicas, de agravamento da pobreza etc. que existia antes da pandemia. O que aconteceu é que a pandemia agravou e tornou mais visível esses processos que estavam em curso, trazendo profundas repercussões ao trabalho profissional. Entre elas a centralidade que assumiram as TICs, as tecnologias digitais. Esse também não é um fenômeno novo, uma vez que em diferentes políticas sociais já era forte a presença de sistemas de informação, de planilhas informatizadas, de transição dos prontuários em papel para a digitalização dos processos de trabalho, de uso de plataformas digitais. Mas, é evidente que na pandemia tudo isso se intensificou.

Eu tenho trabalhado com a ideia de que a pandemia funcionou, para o capital (e para o Estado), como um grande laboratório de experimentação do trabalho com suporte nas plataformas digitais, a partir de procedimentos que já estavam embrionários, mas que ainda não tinham de fato se generalizado. Eu cito, como exemplos, o INSS e o trabalho no sistema sociojurídico, especialmente no Ministério Público e nos Tribunais de Justiça – já havia regulações sobre o trabalho remoto e o teletrabalho desde 2016. Mas nas empresas ainda havia um certo receio sobre o *home office* e o trabalho remoto no sentido de perder o controle sobre a produtividade do trabalho. A pandemia destravou isso, evidenciando que não só era possível a incorporação do teletrabalho, do trabalho remoto, do trabalho no domicílio, como essas diferentes modalidades funcionavam bem e até aumentavam o controle sobre trabalhadores(as) e a produtividade do trabalho. Na verdade, o que assistimos foi um *boom*, uma busca desenfreada de empresários e gestores privados e públicos por sistemas informatizados, plataformas digitais – que beneficiaram as grandes corporações transnacionais –, e que pudessem ser rapidamente implementados em todas as áreas do mercado de trabalho. Basta ver o que aconteceu nas Universidades, na formação profissional. Então, de fato, a pandemia desencadeou um processo que nem os próprios capitalistas acreditavam que seria tão rápido e benéfico aos seus interesses de redução de custos e ampliação da lucratividade. E mais ainda em relação ao trabalho das mulheres.

Então, numa profissão como a nossa, a pandemia serviu para borrar as fronteiras entre trabalho e vida privada, o trabalho passou a dominar todo o tempo de vida dos trabalhadores, especialmente das mulheres. Então, atingiu profundamente o trabalho reprodutivo no âmbito doméstico, que tradicionalmente recai sobre as mulheres que o exercem simultaneamente ao trabalho remunerado produtivo, no sentido amplo. Essa questão é relevante também porque em todas as pesquisas que fizemos e no acompanhamento do debate nas redes sociais durante a pandemia, as assistentes sociais, invariavelmente, ressaltavam o benefício (real) do trabalho remoto no domicílio para evitar o transporte coletivo congestionado, as horas de deslocamento da residência até o trabalho. E, principalmente, que essa modalidade de trabalho permitia conciliar o cuidado com as crianças em casa e outras tarefas domésticas não pagas, e não aparecia uma avaliação crítica das implicações disso para as próprias mulheres, no reforço patriarcal da divisão sexual e racial do trabalho, que incide sobre as mulheres e mais ainda sobre as mulheres negras e, portanto, também atinge as assistentes sociais negras. E o que é mais grave, um trabalho sem nenhuma regulação específica porque, mesmo que a (contrarreforma) da CLT de 2017 tenha previsto o teletrabalho, não define nem regulamenta direitos dele decorrentes. Quem arca com os custos desse trabalho? O que acontece com o acidente de trabalho no âmbito doméstico, quem é que paga? Quem arca com os custos da internet, do pacote de dados, dos meios de trabalho, do computador, da mesa de trabalho, de uma cadeira ergonômica etc.? Enfim, esses custos acabaram sendo transferidos às(aos) próprias(os) trabalhadoras(es), porque, como isso não está regulamentado, o que prevalece é o “negociado sobre o legislado”, a negociação caso a caso. E, como estamos em um contexto de enfraquecimento da organização coletiva, da representação sindical e trabalhista, é uma dinâmica que acaba se voltando contra as(os) trabalhadoras(es) e beneficiando os objetivos de redução de custos do trabalho, subtraindo direitos da classe trabalhadora e contribuindo para a desarticulação coletiva da própria classe.

Outra questão central é que a pandemia serviu para alavancar novas modalidades de trabalho apoiadas nas tecnologias digitais de informação e comunicação. E, portanto, novamente é importante destacar essa questão, pois no debate com a categoria profissional sobre o significado das tecnologias digitais no trabalho profissional observa-se uma tendência de naturalização das TICs, em geral vistas como neutras e benéficas, sempre vistas como ferramentas para resolver problemas, para otimizar processos de trabalho e muito pouco é problematizado em seu viés classista, sexista e racista a serviço da ampliação da produtividade do trabalho e dos lucros do capital. Temos que avançar nas pesquisas e nos debates no Serviço Social porque, de fato, as tecnologias têm assumido um papel central no processamento do nosso trabalho, mas também no acesso da população a determinados serviços e benefícios – hoje, intensamente apoiados nos sistemas e plataformas digitais. E isto, como vimos, por exemplo, durante a pandemia, no caso do acesso ao auxílio

emergencial e outros programas como, por exemplo, o Bolsa Família, em que a população dependia do acesso a sistemas de informação que ela não dispõe, como *smartphones*, internet, para realizar cadastros, acessar plataformas – o que, aliás, vem sendo chamado de robotização da política social, dos benefícios e serviços sociais públicos.

Por último, penso que estamos vivendo no momento presente, de pós-pandemia, uma situação complexa e paradoxal e dou o exemplo do meu trabalho docente, quando ficamos muito tempo no ensino remoto emergencial, por meio dessa telinha que nós estamos usando agora. São ferramentas muito potentes, pois permitem que vocês, no Rio de Janeiro, e eu aqui, em São Paulo, possamos fazer essa entrevista em tempo real, que se fosse depender de um encontro presencial talvez ela nunca acontecesse. Mas é preciso politizar essa questão, pois na minha maneira de entender, são dispositivos que precisam ser usados com cautela e discricionariedade, vamos dizer assim. Mas não é o que estamos presenciando agora com o retorno ao trabalho presencial. Observamos uma certa resistência de retomada do trabalho presencial, tanto na universidade quanto nas instituições onde se realiza o exercício profissional. Quando você propõe uma atividade, a primeira coisa que alunos e profissionais perguntam é: “vai ter transmissão online?”, “vai ter gravação?” Ora, isso nos remete à reflexão sobre o próprio significado do trabalho e sua natureza social e coletiva, que remete à consciência de pertencimento, à possibilidade de desenvolvimento de identidades e sociabilidades coletivas. Então, ao substituir relações sociais pelas “relações” virtuais, estamos negando a própria essência do trabalho como possibilidade de criação coletiva, de troca e de enriquecimento coletivo para enfrentamento das suas contradições e superação. Grande parte das instituições está adotando o chamado “modelo híbrido”, mas temos que nos apropriar de seus distintos significados para não se transformar em uma panaceia. Precisamos superar a avaliação dos benefícios do trabalho centralizado nas tecnologias digitais no plano subjetivo e individual, e politizar a análise das potencialidades críticas e criativas do trabalho quando trabalhadores(as) se juntam para discutir, trocar, avaliar, propor alternativas coletivas numa perspectiva emancipatória. Na realização do teletrabalho e do trabalho remoto no domicílio essa sociabilidade coletiva do trabalho é diretamente atingida e penso que ainda não conseguimos avaliar a extensão e a profundidade de todas as implicações. Não se trata de uma postura ludista, de recusar *a priori* o uso das tecnologias digitais, mas de colocá-las a serviço dos valores e princípios que orientam nosso projeto ético-político. No caso do trabalho das mulheres, por exemplo, é fundamental analisar a dinâmica social desencadeada pelo teletrabalho, que amplia o trabalho reprodutivo não pago, realizado no domicílio de forma desproporcional pelas mulheres, desonerando o capital e o Estado dos custos de reprodução da força de trabalho e contribuindo para rebaixar os níveis salariais e o padrão de necessidades de reprodução da vida da classe trabalhadora. Além dos impactos na saúde mental e física e nos adoecimentos das mulheres, que as pesquisas têm sistematicamente evidenciado.

Não há nenhum(a) assistente social, nenhum(a) professor(a), hoje, que não participe de grupos de *WhatsApp* que começam a apitar antes de você acordar e que não param até a hora de dormir, com as mais variadas demandas, urgentes ou não, em qualquer horário, aos finais de semana e feriados. É um contexto que implodiu os tempos de trabalho e a própria jornada de trabalho. O que é a jornada de trabalho hoje? No caso do Serviço Social, uma jornada de 06h semanais – quando esta não é estendida –, em um trabalho que invade a sua vida privada, impulsionado pela potência das tecnologias digitais de informação e comunicação? Então, penso que somos nós profissionais que temos que definir e repactuar em que situações, com que condições e de que forma é possível realizar o trabalho no domicílio ou o teletrabalho, sempre de modo complementar e não substitutivo do trabalho presencial, preservando as condições éticas e técnicas do trabalho, a qualidade dos serviços e o respeito aos direitos de usuárias(os) e trabalhadoras(es). Todas estas questões nos colocam muito concretamente frente ao processo de uberização do trabalho também no exercício profissional, que precisa ser apreendido em suas particularidades e complexidades, com as devidas mediações reflexivas.

**Em Pauta** – Raquel, a gente tem aí, nesse curto espaço de tempo, uma alteração substancial na maneira de entender o trabalho e na maneira de entender as relações de trabalho. E, é claro, também articulamos tudo isso ao governo federal anterior, durante os últimos quatro anos e com as eleições. E com a nova chegada ao poder do Lula, com uma perspectiva e com toda uma proposta de que a gente pudesse então retroceder na ofensiva experimentada contra os direitos sociais. Mas tem algo nos mostrando que em determinadas áreas não vai haver revisões, não tem como voltar em alguns pontos. Então, como é que você analisa esse início do novo governo? Você percebe possibilidades de reversão nessas situações relacionadas ao trabalho em algum nível? E em quais aspectos você entende que nós, enquanto sujeitas e sujeitos coletivos, poderíamos centrar esforços políticos? Quais seriam esses elementos que a gente pode pensar como articuladores ou reorganizadores da classe trabalhadora? E, mais especificamente, talvez, das e dos assistentes sociais, diante desse cenário de novo governo?

**Em Pauta** – Como já observei, todos esses processos de uberização ou plataformação do trabalho são dinâmicas que vêm se desenvolvendo no mercado de trabalho de forma transversal, desde o “chão da fábrica” até o trabalho no campo dos serviços, incidindo nos serviços sociais públicos. E tudo isso com suporte nas tecnologias digitais, que atingem diretamente o conjunto das profissões e o trabalho profissional. As inúmeras pesquisas e estudos que têm sido veiculados, e destaco especialmente as contribuições da pesquisadora inglesa Ursula Huws, apontam as profundas mudanças nas diferentes profissões, incluindo o Serviço Social, que têm levado à padronização, simplificação, rotinização do trabalho profissional, alterando a natureza de um trabalho complexo, nos termos de Marx, que exige formação e qualificações específicas para o seu desempenho. Nas nos-

sas pesquisas, também temos constatado o quanto assistentes sociais são submetidos(as) ao preenchimento de planilhas e formulários-padrão em uma tela de computador, ao invés de estarem elaborando suas análises, de forma crítica e fundamentada, a partir dos dados coletados junto a usuários e população que demandam atendimento público. Então, tudo isso está sendo impactado por esse intenso e abrangente processo de uberização e/ou plataformização do trabalho e do acesso aos benefícios e serviços públicos. E ainda é preciso falar do uso cada vez mais abrangente e insidioso da inteligência artificial e dos algoritmos, como suportes da informação-mercadoria, modulando comportamentos e a coleta massiva de dados na vida social e, também, no âmbito das políticas públicas, dinâmica que alguns(as) autores(as) vêm chamando de *dataficação* da pobreza ou robotização do acesso a serviços e benefícios públicos. Tudo isso leva a um rebaixamento do trabalho intelectual, perda de conteúdos críticos e criativos do trabalho e desprofissionalização, incidindo na qualidade dos serviços sociais e na direção estratégica do nosso projeto profissional. E quanto mais simplificadas, rotineiras e padronizadas as atividades realizadas por assistentes sociais mais facilmente poderão ser substituídas(os) por sistemas informatizados conduzidos por pessoal com menor nível de qualificação ou, mesmo, pela mão de obra barata de estagiários de graduação e de pós-graduação, como está acontecendo em instituições da área sociojurídica. O que acho importante destacar é que a volumosa literatura sobre os usos das TICs nos processos de trabalho, apesar de sua dinâmica contraditória, tem apontado inequivocamente os impactos na destruição e redução de empregos, na eliminação e criação de novas ocupações, na intensificação dos ritmos e dos tempos de trabalho, por meio das novas formas de organização e controle algorítmico do trabalho, incidindo amplamente nas atribuições e competências profissionais.

Essas são questões que não dependem e nem se transformam radicalmente com as mudanças de governo. Temos que discutir como enfrentar isso coletivamente, resistir à subsunção do trabalho técnico e intelectual às exigências de aumento da produtividade do trabalho provocada pelo uso indiscriminado das TICs, preservando um distanciamento crítico da rotinização das atividades institucionais, para produzir reflexões coletivas e disputar o uso das tecnologias redirecionando-as para as demandas sociais do trabalho e não do capital, resistindo às imposições do poder institucional. Mas isso é difícil, ainda mais na conjuntura de desemprego e insegurança no trabalho; e é preciso considerar uma indiscutível dimensão subjetiva nessa dinâmica de precarização do trabalho, que exige permanente prontidão dos(as) trabalhadores(as) para o “mais trabalho” em função daquele sentimento do(a) trabalhador(a) de estar sempre devendo, de ter sempre que melhorar, responder com eficiência às metas de produtividade, às imposições da racionalidade gerencialista, porque está sendo avaliado(a) o tempo todo e há uma massa de trabalhadores(as) disponíveis, movidos(as) pela premência da reprodução da vida e dispostos(as)

a trabalhar a qualquer preço, o que acaba contribuindo para estimular a competição no interior da classe trabalhadora e aprofundar a alienação do trabalho.

**Em Pauta** – É interessante pensar como esse movimento se espalha além do mundo do trabalho, porque nós, quando não estamos trabalhando, também estamos sendo adestradas e adestrados para isso. Por exemplo, quando vamos nas lojas e supermercados e não tem mais a figura do caixa e começamos a internalizar de que vai ser mais rápido se a gente fizer do que se o(a) trabalhador(a) que foi demitido(a) o fizesse.

**Raquel Raichelis** – Sem dúvida nenhuma. Na verdade, temos que analisar o papel das tecnologias digitais de forma mais ampla e menos imediatista, em todas as dimensões da vida social, não apenas no trabalho, mas nas nossas relações sociais, na vida privada, na relação com companheiros, filhos, família, na vida pública e privada. E tomar consciência que, como usuários das tecnologias e plataformas digitais, estamos fazendo um trabalho que antes era realizado por outros trabalhadores e trabalhadoras, além de fornecer dados que serão comercializados pelas gigantes empresas globais, como o *Google*, a *Microsoft*. Por meio de suas plataformas de compartilhamento como o *WhatsApp*, *Facebook* etc., estas empresas, que não apenas se organizam com base em um trabalho uberizado e sem direitos, explorando sem limites a força de trabalho, realizam a chamada mineração de dados, quase sempre não autorizada pelos usuários, para coletar e cruzar informações/conhecimentos com o objetivo de mapear padrões de consumo e perfis de comportamento para a abertura de novos nichos de valorização e acumulação de capital. Há muitas pesquisas sobre isso e há autores que defendem, inclusive, que esse trabalho realizado pelos usuários das plataformas é um trabalho não pago e produtivo para o capital, que diminui custos do trabalho e contribui para gerar valor e mais-valia. Embora eu não concorde com essa tese, o certo é que esse processo reduziu postos de trabalho, dispensou uma massa de trabalhadores(as) e fez desaparecer milhares de ocupações, sem reposição. Basta ver o que aconteceu nos bancos, com a digitalização e informatização do sistema bancário. Quantos(as) trabalhadores(as) foram dispensados(as), quantas ocupações desapareceram e como nesse processo, nós usuários(as) dos dispositivos digitais, passamos a realizar um sem-número de operações que antes eram desempenhadas por trabalhadores(as) assalariados(as).

**Em Pauta** – Você estava falando e eu lembrando que fiz a pesquisa de mestrado sobre essa questão das novas tecnologias no setor financeiro, particularizando o setor bancário, como elas impactavam também no trabalho dos gerentes que passaram a ficar na frente da agência. Antes eram os caixas em primeiro lugar, no centro. Você via os caixas, depois vinham os gerentes – muda completamente a configuração. E, nesse contexto, procurei saber também sobre o Serviço Social e a gente já via essa tendência dentro da profissão – houve uma simplificação do trabalho profissional a partir da incorporação tecnológica na organização das informações, por exemplo, dos serviços sociais em geral. Então, a gente via isso, em meados da década de 1990, porque já era um setor de ponta e ele terminou

incorporando, claro, de um modo diferente do que agora. Mas houve uma retração do mercado de trabalho da(o) assistente social, houve uma simplificação do trabalho e essa questão do trabalho criativo, ela praticamente se perde porque estava submetido a um ritmo tecnológico também – por exemplo, no banco, o(a) assistente social ao invés de ficar numa agência no Rio de Janeiro, já passou a cobrir Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo etc., constituindo uma concentração de trabalho, uma precarização do trabalho, tanto de vínculos quanto de condições de trabalho. Então, é muito interessante ver que hoje, claro, isso se estendeu por conta dessas tecnologias digitais. Outra questão que venho observando é a do impacto na sociabilidade, principalmente daqueles e daquelas com os(as) quais nós vamos atuar. Então, pensando, os jovens têm essa cultura imagética, essa cultura da tecnologia digital e todos os seus hábitos. E no trabalho do Serviço Social, por exemplo, precisamos ficar atentos em situações em que o assistente social trabalha com grupos de *WhatsApp*, a responsabilidade, inclusive jurídica, que envolve você ser coordenador de grupo, onde existem situações de racismo, de crianças em situação de violência familiar e os(as) profissionais terem noção do que é esse instrumento – em torno daquela questão que você coloca do conhecimento de tecnologia, de não ficar cativo, de não ser mero consumidor de tecnologia sem entender suas inflexões no trabalho.

**Raquel Raichelis** – Agora, vejam como esse sistema maquínico-digital-informacional está presente no trabalho profissional, considerando que os dados também são a matéria prima do trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais. Para o acesso da população a benefícios, programas, serviços, enfim, aos direitos sociais, fazemos um trabalho de codificação dos dados que recolhemos da população, nas entrevistas ou reuniões de grupo, e inserimos nos sistemas de informação das políticas sociais das diferentes instituições públicas e privadas. Então, essa informação muito frequentemente é gerada e produzida pelo(a) assistente social na interação com os sujeitos. São os(as) assistentes sociais que, com frequência, registram, inserem, codificam esses dados que vão se transformar em informações e conhecimentos sobre quem são os usuários e suas famílias, quais são suas necessidades e, no final das contas, quem será ou não incluído no acesso a determinado serviço, benefício ou auxílio. E, em grande parte das vezes, essa informação é trabalhada em outras instâncias e por um pequeno grupo de técnicos que gerenciam plataformas e sistemas algorítmicos, e ela não retorna para os(as) assistentes sociais analisarem a informação que elas(es) próprias(os) produziram e sobre a qual não exercem controle. Estamos presenciando um crescente processo de automação e digitalização do trabalho, por exemplo, na concessão das aposentadorias e de outros benefícios, no caso do INSS, que têm sido cada vez mais robotizada com uso da inteligência artificial, com a justificativa de reduzir a gigantesca fila de solicitações, mas que, na prática, com as negativas automáticas, têm servido mais para excluir do que para incluir beneficiários. O que é possível constatar, pelo menos até o momento, é que, diante de tantas situações diferenciadas, os robôs

não conseguem discernir e orientar as pessoas sobre as melhores possibilidades de ter seu pedido atendido, o que poderia acontecer se esse atendimento fosse realizado por meio da interação humana de assistentes sociais ou outros(as) profissionais. Mas é importante frisar que esse processo de automação, apesar de ser executado por máquinas, os sistemas algorítmicos que realizam a mineração dos dados foram desenvolvidos e programados por seres humanos, portanto, não podemos tratar essas operações como meramente tecnológicas, como se fossem neutras. Eu tenho um orientando que está fazendo a sua pesquisa de doutorado sobre esse processo de *mineração de dados* realizado por assistentes sociais e outros profissionais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e temos discutido com outros pesquisadores até que ponto assistentes sociais, na realização de seu trabalho, vem contribuindo, ainda que involuntariamente, para um processo de *dataficação* da pobreza. Ou seja, para a formatação de modelos de codificação da pobreza que contribuem (ou podem contribuir) para a criação de determinados perfis da população com vieses estigmatizadores – classistas, sexistas, racistas – por meio do registro de dados nos sistemas de informação, nos cadastros sociais, nas plataformas digitais, que serão classificados por processos geralmente pouco transparentes, que determinarão quem terá ou não o seu direito reconhecido.

Então, voltando ao tema do atual governo federal, esse é um enorme desafio. Eu penso que temos que avançar na perspectiva de uma apropriação crítica dessa processualidade – disputar o sentido e o uso das tecnologias de informação e comunicação, explorando suas dimensões contraditórias e lutando pelo acesso à informação como bem público e não como mercadoria a ser apropriada privadamente pelas classes capitalistas; informação como um bem público a ser disponibilizado e socializado com a população. E apostar nas possibilidades de novas formas de apropriação e experimentação das tecnologias e plataformas digitais cooperativas e desmercantilizadas que já estão sendo testadas por coletivos e movimentos sociais e que precisam ser conhecidas e socializadas. Temos que avançar no debate coletivo junto com nossas entidades profissionais e acadêmicas, no diálogo com nossos pares, definir estratégias e produzir conhecimento a partir da nossa experiência profissional. Se a pandemia serviu de laboratório para o capital, ela precisa ter a mesma função para nós trabalhadores(as), para a classe que vive da venda de sua força de trabalho.

E, quanto ao governo Lula, parafraseando Valério Arcary, “*ninguém disse que seria fácil*”. Mas é preciso reafirmar que a vitória do Lula, em si, é uma vitória que tem um significado absolutamente essencial, para a retomada da ambiência e do funcionamento democrático das instituições em nosso país. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Nada se compara à decadência política, ética, cultural, civilizatória que experimentamos durante o desgoverno anterior, que felizmente foi derrotado nas urnas, ainda que por uma margem estreita. Mas, nós vivemos um momento bem difícil, não é? Porque, mesmo nos governos anteriores, no primeiro e segundo governos de Lula, as políticas macroeco-

nômicas neoliberais permaneceram e a perspectiva fiscalista do ajuste fiscal se manteve. A recente aprovação da proposta do arcabouço fiscal do atual governo teve que depender de tantas negociações, de tantas concessões, o que evidencia que esse terceiro governo de coalizção, composto por uma frente muito mais ampla, está enfrentando dificuldades maiores do que os anteriores. Nós não tínhamos essa direita tão forte e organizada, no mundo e no Brasil, uma ultradireita muito atenta, muito mobilizada para desconstruir rapidamente os poucos avanços que vamos conseguindo. Então, do ponto de vista mais geral, eu acredito que as esquerdas e os movimentos progressistas, e eu coloco uma parte, pelo menos, da categoria profissional nesse âmbito, têm que pressionar esse governo para posições mais à esquerda. Com cautela política, porque as forças mais retrógradas e fascistas usaram e usam com muita competência exatamente as redes e as tecnologias para disseminar a contrainformação e as mentiras mais deslavadas, as chamadas *fakes news*. Então, uma das questões para o movimento de esquerda de maneira geral e, também, para assistentes sociais, para a categoria profissional, é ganharmos competência informacional no uso dessas ferramentas, enfim, dos dispositivos e das redes digitais. Temos que enfrentar isso, fazer a disputa democrática. E, para isso, nós temos que nos preparar, nos qualificar. Há muitas experiências de movimentos sociais, movimentos populares, coletivos de jovens periféricos que já estão utilizando e criando plataformas colaborativas, prefigurando novas formas de experimentações de comunicação e informação a serviço de projetos emancipatórios. E, do ponto de vista da relação com esse governo, pressioná-lo e fazer o debate público e democrático, a defesa de projetos e propostas que avancem nas respostas às demandas sociais e na regulação da esfera pública da informação, principalmente das grandes plataformas digitais e da lei geral de proteção de dados. E do ponto de vista do trabalho profissional, temos que retomar o nosso trabalho de base com a população, marcar presença nos territórios onde vive e trabalha a população. E eu penso que nós temos no Serviço Social uma riqueza que é a nossa relação com a população, com os(as) usuários(as) dos serviços que realizamos. E na universidade, a proximidade com os(as) estudantes, que são também trabalhadores(as), muitas vezes usuários(as) dos serviços sociais públicos. Eu tenho convicção que é desta relação, às vezes tensa, às vezes conflituosa, que vão surgir novas e mais ricas alternativas, e não no isolamento dos nossos computadores, detrás de nossas escritaninhas. Temos que retomar esse trabalho cotidiano, o investimento nas reuniões de equipe, no trabalho coletivo, o trabalho de base com a população, o trabalho nos territórios.

E penso, ainda, que temos que ampliar a pesquisa em diálogo com as(os) assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais para conhecer como está se processando o trabalho profissional pós-pandemia, que mudanças foram realizadas, quais são os conteúdos desse trabalho; as relações de trabalho, os vínculos contratuais que hoje prevalecem nas várias políticas sociais e instituições, as novas formas de gestão e controle do trabalho com suporte

digital, como estão utilizando os sistemas de informação e comunicação. Em síntese, conhecer e problematizar como se expressa no cotidiano a nova/velha morfologia do trabalho no contexto da mercadorização dos serviços sociais públicos. Só a partir desse conhecimento teremos condições de enfrentar os enormes desafios no tempo presente, especialmente nos municípios. São as prefeituras que mais empregam a força de trabalho profissional e, contraditoriamente, as que mais precarizam salários e condições de trabalho. Mas é no âmbito municipal que assistentes sociais trabalham com jovens negros que estão sendo assassinados pela violência policial nas periferias, com mulheres vítimas de violência e feminicídios, sobretudo mulheres negras. E, é importante destacar, que os dados da pesquisa do recadastramento sobre o perfil profissional, realizada pelo CFESS, apontam que assistentes sociais negras (perdas e pardas) constituem pouco mais de 50% da categoria profissional. O relatório apresenta um conjunto de dados muito importantes, ainda que datados de 2019, o que leva a supor que as condições de trabalho podem ter piorado. Mas esses dados já revelaram que assistentes sociais negras recebiam menos, tinham vínculos de trabalho mais precários, eram mais subalternizadas na divisão das tarefas nos locais de trabalho. Deve ser publicado logo o relatório da pesquisa qualitativa com dados significativos para complementar esse quadro do perfil profissional. Então, quando discutimos o trabalho profissional é necessário ter presente os sujeitos vivos desse trabalho. Quem são as(os) assistentes sociais na atualidade? Que constrangimentos estão sofrendo em seus espaços de trabalho? De que forma isso expressa a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora no atual contexto de crise estrutural do capital e de expansão do trabalho uberizado? De que forma as jornadas extenuantes sob o comando das tecnologias digitais e da gestão algorítmica do trabalho incidem nas condições de saúde, provocando adoecimentos e desgastes físicos e mentais de assistentes sociais? Recentemente tomamos conhecimento, pelas redes sociais, de casos de suicídio no Ministério Público de São Paulo (MPSP). Recentemente, fizemos um debate no NETRAB com doutoras egressas do nosso Programa, assistentes sociais do MPSP e do INSS, que relataram graves situações de assédio, de sofrimento e de adoecimento em decorrência das pressões e cobranças a que estão submetidas(os). Isso é algo que está acontecendo com as(os) assistentes sociais, não é com a classe trabalhadora abstrata, é conosco. Nós levamos muito tempo para poder fazer essa discussão na categoria profissional. Eu me lembro das primeiras pesquisas que fizemos no Núcleo sobre desgaste mental, assédio e adoecimento de assistentes sociais em decorrência das condições e relações de trabalho – era visível o constrangimento e o pesado silêncio durante as entrevistas e rodas de conversa com assistentes sociais. Em função da própria autoimagem introjetada da profissão, as(os) assistentes sociais tinham muita dificuldade de reconhecer que processos de sofrimento mental e adoecimento físico pudessem acontecer com profissionais que têm que estar sempre disponíveis para “ajudar” o outro, para resolver os problemas. E, principalmente, a dificuldade de reconhecer que o trabalho adocece.

**Em Pauta** – E você já entrou na nossa outra questão, fazendo várias inferências, o que é ótimo. De fato, queremos que você comente este processo atual de precarização das condições e relações de trabalho e suas repercussões para a saúde das(os) trabalhadoras(es). Como você percebe esta questão no que se refere a assistentes sociais?

**Raquel Raichelis** – Nossas pesquisas têm revelado também que assistentes sociais impedidos(as) de exercer a sua ética, a ética profissional, respeitar os valores ético-políticos da nossa profissão, de respeito à liberdade, à igualdade, à livre iniciativa dos sujeitos, à justiça, sofrem. É um sofrimento que decorre também do sentimento de impotência diante da exposição continuada às graves expressões da questão social na vida dos sujeitos com quem trabalham assistentes sociais e, ao mesmo tempo, a carência de recursos e condições concretas senão para equacioná-las, ao menos para mitigá-las. A professora Bader Sawaya, do PPG em Psicologia Social da PUC-SP, trabalha com o conceito de “sofrimento ético-político.” É um sofrimento diante da impossibilidade de exercer os valores que nos são caros, que orientam e sustentam as relações que estabelecemos no trabalho, com os distintos sujeitos com os quais interagimos. Todo esse contexto dificulta a externalização de processos de adoecimento que acometem as(os) profissionais e que decorrem, na maioria das situações, não de uma falha pessoal, de uma fragilidade individual, como em geral se pretende difundir, mas das formas de gestão e da ideologia gerencialista-produtivista presentes nas instituições, como têm analisado Gaulejac, Dardot e Laval, Seligmann-Silva, e tantos outros autores, e nós também temos constatado nas pesquisas realizadas no Programa. Mas tenho observado que esse tema tem comparecido com maior frequência nos debates coletivos, nos nossos seminários – assistentes sociais trazendo situações concretas e vivências de adoecimento, sofrimento, assédio moral no trabalho, que, não raro, se transmutam em racismo institucional. A gestão produtivista tem evidenciado a “gestão como doença social”, exatamente o título do livro de Goulejac; ou a precarização da saúde mental na precarização social e do trabalho, como analisa Seligmann-Silva, evidenciando que o tema da precarização é muito amplo e profundo, com implicações sociais, profissionais e éticas. Então, minha avaliação é que essa é uma pauta importante e urgente, relacionada à precariedade das condições de reprodução social da vida.

E uma questão relevante que precisamos analisar e discutir com maior profundidade é a composição heterogênea e compósita da classe trabalhadora, em sua diversidade de raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, origem social e familiar, experiência social etc., que traz implicações para o nosso (auto) reconhecimento e para a construção de pautas coletivas. Por isso que o professor Ricardo Antunes cunhou a expressão “classe que vive do trabalho”, para captar toda a diversidade que caracteriza hoje a classe trabalhadora e que, obviamente, também se expressa na categoria profissional de assistentes sociais. Essa composição heterogênea da classe trabalhadora é um traço da nova morfologia do trabalho flexível, terceirizado, temporário, precarizado, que vem provocando no trabalho

institucional complexas hierarquizações no interior da categoria profissional, à semelhança do que ocorre com a classe trabalhadora em seu conjunto, o que exige novas estratégias políticas das entidades sindicais, profissionais e acadêmicas para acolher e traduzir a diversidade de demandas desses trabalhadores(as) e garantir unidade dentro da diversidade, ainda mais no nosso caso em que constatamos que está em curso um acentuado processo de empobrecimento e “proletarização” da categoria profissional,

**Em Pauta** – Eu tenho acompanhado. Eu acho que não só eu, outras pessoas, as discussões que a pós-graduação da PUC-São Paulo tem realizado. E é muito interessante esse debate das questões estruturais nos processos contemporâneos. Por exemplo, aquela discussão do Fanon, eu achei muito interessante a ousadia de estar pensando esses processos no Serviço Social, apontando novas questões para se pensar o trabalho: primeiro, o Serviço Social, como você já colocou, como área de conhecimento e o trabalho profissional. Então, para você como coordenadora da pós, como é que foi construído isso? O que é que está movimentando esse pensamento que coloca algumas questões inéditas até para o debate profissional do Serviço Social e, em geral, o conhecimento, a profissão, as ações de classe? Eu vi o que vocês produziram, na PUC-SP, e achei interessante essa busca de discutir o Brasil, a particularidade brasileira e as questões estruturais, reconhecendo que essa mediação não é simples.

**Raquel Raichelis** – De fato, é um processo que está acontecendo intensamente na sociedade, na esfera pública, e as pautas antirracistas, anticolonialistas, feministas, antilgbtphobia, anticapacitistas, antipetistas, entre outras, penetram intensamente na universidade e na formação profissional e tensionam a pesquisa e o debate profissional. Então, essas pautas societárias, presentes nos movimentos sociais, nos coletivos populares, especialmente nos últimos anos, foram impulsionadas muito fortemente pelo(as) nossos(as) estudantes – mestrandos(as) e doutorandos(as), e pela nova composição étnico-racial dos discentes da PUC-SP e do nosso Programa, a partir da política de cotas étnico-raciais na graduação e na pós-graduação. O que se observa é um maior protagonismo estudantil, especialmente, mas não exclusivamente, de estudantes negros e negras, trazendo novos temas para a formação pós-graduada, provocando revisões do projeto curricular, criação de novas linhas de pesquisa, de novas disciplinas, de novos espaços de pesquisa e debates. Então, foi o próprio processo de pesquisa, de produção acumulada de conhecimento e das lutas societárias que tensionam a academia a se rever e se qualificar para novos objetos de pesquisa e de debate profissional. Obviamente também fomos subsidiadas pela intensa, qualificada e comprometida intervenção política das nossas entidades acadêmicas e profissionais, que há alguns anos vem alimentando o debate e a produção de conhecimento no Serviço Social com as pautas antirracistas e todas as formas de discriminação. E, também, considerando o que já foi colocado anteriormente, as implicações da composição da categoria profissional e dos sujeitos com os quais assistentes sociais trabalham. Tudo isso forma um caldo de cultura que fermenta intensamente nos espaços universitários, des-

tabiliza certezas e impulsiona a busca de novos objetos de pesquisa, novos autores, novas contribuições teóricas e políticas, em consonância com a perspectiva histórico-crítica que orienta nosso projeto curricular e, ao mesmo tempo, sempre atentas ao movimento contraditório do real. Então, estamos vivenciando um processo muito enriquecedor, pois não criamos uma nova linha de pesquisa sobre relações étnico-raciais e Serviço Social para induzir a produção de conhecimento nessa linha; não, foi o contrário, o acúmulo teórico e os resultados das pesquisas produzidas no nosso Programa, nesse últimos anos, é que induziram à criação dessa linha de pesquisa, que já nasceu adensada por uma robusta produção teórica e de pesquisas empíricas de nossos discentes e docentes, que trazem para a academia suas vivências e experiências individuais e coletivas. E, também, fomos provocadas pela dinâmica contraditória que se expressa no interior da própria PUC-SP, quando passamos a olhar e *enxergar* uma universidade predominantemente branca, um corpo docente absolutamente branco. E começamos a discutir essa ambiência institucional, num primeiro momento com certa dificuldade, porque é um processo complexo, como sabemos. Mas nesse momento está sendo aprovado o novo regulamento do programa (o projeto curricular), com uma nova linha de pesquisa sobre questões étnico-raciais e duas novas disciplinas: uma que trata da formação sócio-histórica do Brasil e da América Latina; e outra que aborda as relações étnico-raciais e o Serviço Social. Isso tudo acontece no contexto da recente aprovação pelo Conselho Universitário da PUC-SP de uma política de ações afirmativas para a contratação de docentes negros e negras, de modo a atingir, nos próximos anos, 37% do quadro docente da Universidade – índice que expressa a composição racial negra da cidade de São Paulo.

Enquanto estas diretrizes não se consolidavam, no entanto, adotamos diferentes estratégias que nos ajudaram a formatar propostas, ementas, conteúdos, em estreita interlocução com pesquisadores e intelectuais de outras áreas. Trouxemos professores convidados e, respondendo à pergunta, é dessa forma que entra o debate sobre Fanon, quando convidamos o professor Deivison Faustino, da UNIFESP, para ministrar uma disciplina sobre a questão social e as mediações reflexivas entre capitalismo, colonialismo e racismo. E ele, um dos maiores pesquisadores de Franz Fanon, estava lançando o seu livro, com base na tese de doutorado. Nós fizemos o lançamento do livro e ele nos ajudou, como pesquisador e grande referência intelectual e política no debate sobre colonialismo, racismo, colonialismo digital e outros temas de muito interesse para a nossa área, a construir a ementa dessa disciplina. Da mesma forma, o professor Mauro Iasi vem colaborando, como professor convidado, para a formatação e consolidação da proposta da disciplina sobre formação social do Brasil e da América Latina, agora em seu segundo semestre. Também nessa direção, instigadas e provocadas pelas nossas estudantes e militantes feministas, temos introduzido o debate sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS), com a professora Raíssa Ruas, da área do Direito e, atualmente, docente da Escola de Serviço Social da UFRJ – uma das maiores referências do debate da TRS no Brasil; e com a assistente

social e professora da UFPB, Rayane Noronha, vencedora do prêmio Capes, com uma tese sobre a teoria unitária e o Serviço Social. Então, elas ministraram conjuntamente uma atividade programada, no semestre passado, sobre classe, gênero, raça na teoria da Reprodução Social e sua relação com o Serviço Social, com enorme acolhida de nossos(as) estudantes e docentes, que puderam apresentar e debater as pesquisas em andamento. Temos aprofundado os estudos e as pesquisas sobre a TRS, com base na teoria do valor trabalho de Marx, a partir de uma (re) leitura do campo feminista marxista e, também, do feminismo marxista negro, na perspectiva de uma teoria unitária entre classe, raça e gênero, como elementos estruturantes do processo de produção e reprodução da força de trabalho e das relações sociais capitalistas. São abordagens e temas polêmicos e instigantes, mas que estamos tendo a ousadia intelectual e política de enfrentar, pois dialogam com a nossa realidade, com as questões que desafiam o trabalho profissional e com as pesquisas em desenvolvimento no Programa. Da mesma forma vamos ter o privilégio de contar nesse segundo semestre, em uma interlocução que, na verdade, tem sido continuada, com a contribuição do professor Ricardo Antunes, nossa inspiração e grande referência no debate da nova morfologia do trabalho, que vai ministrar uma atividade programada (curso de curta duração) sobre trabalho e valor na era da uberização e do trabalho digital, trazendo aportes teóricos e empíricos essenciais para avançarmos no desvendamento crítico da nova morfologia do trabalho no Serviço Social e sobre o processo de valorização no campo do trabalho em serviços.

Finalizando nossa conversa, aproveito para compartilhar com vocês que estou encerrando minha gestão como coordenadora do PPG em Serviço Social da PUC-SP, pois desde 1 de agosto/2023 ele passou a ser coordenado pela professora Maria Beatriz Abramides e pelo professor Rodrigo Diniz, vice coordenador. Foram tempos difíceis e desafiadores, na conjuntura do desgoverno Bolsonaro e de eclosão da pandemia da Covid-19. Mas, ao mesmo tempo, colhemos muitos frutos com o apoio coletivo indispensável do colegiado de docentes do Programa, composto por jovens quadros acadêmicos que começam a ingressar na universidade e, também, como vocês sabem, por grandes intelectuais de referência do Serviço Social no país e no exterior, como a nossa querida decana – como costumamos chamar carinhosamente a professora Maria Carmelita Yazbek – e demais docentes responsáveis pela alta qualificação acadêmica e intelectual do PPG, além dos(as) nossos(as) estudantes. Graças a esse esforço coletivo, conseguimos manter a nota 7 na última avaliação quadrienal da Capes, bem como a permanência no PROEX – Programa de Excelência da Capes –, condição necessária para garantir sua continuidade em uma universidade comunitária como a PUC-SP, que tem resvalado cada vez mais para uma gestão privada/mercantil. Mas vamos resistir, como temos feito historicamente, nesse Programa longo que completa 52 anos de existência esse ano.